



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e onze (01.08.2011), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 50ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Leila da Costa Vilela Magalhães e José Demóstenes de Abreu. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Bruno Machado Carneiro, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, e do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Eleições das Comissões Permanentes (CAA e CAI); 3) Mem. n°. 025/2011/CHEF/PGJ/GAB – Lei n°. 13.195/2002, Provimento n°. 12/2002, Plano específico de atuação do CAOMA, Campo de atuação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano, Sites importantes, Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Modelo de Recomendação e Modelo de Ação Civil Pública (Chefia de Gabinete); 4) Ofício n°. 51/2011 – Sugestões para atuação dos Centros de Apoio Operacional – CAOP's (Dr. Leonardo Gouveia Olhê Blanck); 5) Ofício n°. 157/2011 – Encaminhamento de Portaria Conjunta (Dr. Breno de Oliveira Simonassi); 6) Ato PGJ n°. 062/2011 – Dispõe sobre o uso da garagem do prédio da Procuradoria Geral de Justiça (Dr. Marco Antônio Alves Bezerra); e 7) Outros assuntos. De início, a **apreciação de atas** restou postergada para a próxima sessão. Em seguida, postergou-se também as **eleições das Comissões Permanentes do Colegiado**, tendo em vista a ausência de alguns Procuradores de Justiça. Ato contínuo, deliberou-se pelo encaminhamento, à Comissão de Assuntos Institucionais, do **Mem. n°. 025/2011/CHEF/PGJ/GAB**, em que o Dr. Célio Sousa Rocha, Chefe de Gabinete do Procurador Geral de Justiça, encaminha diversos documentos relacionados às áreas de atuação do meio ambiente e do planejamento urbano, para apreciação do



Colégio de Procuradores de Justiça

Colegiado. Dando prosseguimento, colocou-se em apreciação o **Ofício nº. 51/2011**, datado de 04/07/2011, em que o Dr. Leonardo Gouveia Olhê Blanck, 1º Promotor de Justiça de Tocantinópolis, apresenta sugestões de atuação para os Centros de Apoio Operacional – CAOP's. Colocada a matéria em discussão, a Dra. Elaine Marciano Pires propôs que cada Coordenador de CAOP respondesse individualmente ao expediente, por entender que assim pudesse ser melhor exposta a realidade de cada Centro de Apoio no que diz respeito à implementação das sugestões encaminhadas. O Dr. Marco Antônio Alves Bezerra, ao contrário, propôs que o Colégio de Procuradores apresentasse uma resposta generalizada, no sentido de que todos os tópicos sugeridos já foram ou estão sendo implantados no âmbito de cada CAOP, à exceção do item sete (7), por entender que cada Promotor ou Procurador de Justiça pode diligenciar diretamente junto ao site do Tribunal de Justiça para obter, de forma antecipada, a pauta de julgamento dos processos com interesse do membro do Ministério Público. Em votação, a segunda proposta restou acolhida por maioria. O Dr. João Rodrigues Filho, ao aderir à proposta aprovada, sugeriu também a adoção de uniformização na parte logística dos CAOP's, ou seja, que a apresentação virtual de todos eles tivesse uma mesma formatação. Esta sugestão restou acatada à unanimidade, incumbindo-se o proponente de tomar as providências cabíveis para a mencionada uniformização. Por fim, aderindo unanimemente à proposta formulada pelo Dr. Alcir Raineri Filho, o Colegiado deliberou por encaminhar, juntamente com a resposta geral, uma moção de agradecimento ao combativo promotor de justiça pela iniciativa, que materializou uma discussão necessária no âmbito deste Órgão Superior em prol do aperfeiçoamento da atuação dos CAOP's. Neste contexto, o Dr. Ricardo Vicente da Silva também propôs que fosse registrado em ata um voto de apreço à eficiente atuação da Dra. Maria Roseli de Almeida Pery à frente da Coordenação do CAOP da Cidadania, sobretudo na área da saúde pública, tendo recebido a adesão unânime do Colégio de Procuradores neste sentido. Logo após, a Secretária do Colegiado apresentou, para conhecimento, o **Ofício nº. 157/2011**, datado de 18/07/2011, em que o Dr. Breno de Oliveira Simonassi, Promotor de Justiça de Araguatins,



Colégio de Procuradores de Justiça

encaminha, em atenção à Recomendação CPJ n°. 001/2011, cópia da Portaria Conjunta n°. 001/2011, do Poder Judiciário e da Promotoria de Justiça da Comarca de Araguatins, regulamentando a realização de festas, serestas, bingos e congêneres, bem como a proibição da venda de bebida alcoólica a menores e o controle da poluição sonora. Na oportunidade, a Dra. Elaine Pires apresentou proposta no sentido de encaminhar a referida portaria ao CAOP da Infância e Juventude para fins de divulgação em seu site, servindo de modelo à atuação ministerial no que pertine à matéria contida na referida recomendação. Em votação, a proposta restou acolhida à unanimidade. Em seguida, o Presidente apresentou o **Processo PGJ n°. 13273/2011**, referente à carga horária de trabalho dos profissionais da saúde lotados na Procuradoria Geral de Justiça, especificamente na parte que trata dos servidores ocupantes dos cargos de Analista Ministerial Especializado – Especialidade: Assistência Social. Após amplo debate sobre o assunto, deliberou-se, por maioria, no sentido de contestar as Ações Ordinárias promovidas pelas servidoras Arlete Silva Ribeiro e Mônica Pereira Brito, constantes dos Autos n°.s 2011.0006.7382-6/0 e 2011.0006.7416-4/0, respectivamente, em desfavor do Estado do Tocantins, visando à redução de carga horária de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, cuja matéria encontra-se em estudo no mencionado processo. O Dr. José Omar de Almeida Júnior, por sua vez, pediu fosse registrado seu voto divergente, por entender que os assistentes sociais exercem atividade altamente estressante, destacando, ainda, que a matéria já se encontra regulamentada por lei federal. Logo após, o Dr. Marco Antônio levantou questão acerca do **Ato PGJ n°. 062/2011**, que dispõe sobre o uso da garagem do prédio da Procuradoria Geral de Justiça. Após breve discussão, apresentou proposta no sentido de que fosse revogado o referido ato na parte que restringe a utilização da garagem somente aos membros que possuem gabinete na sede desta Procuradoria Geral. A questão restou postergada para a próxima sessão, tendo em vista a ausência da Dra. Leila Vilela, autora da proposta originária. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se a outros assuntos. Primeiramente, a Secretária apresentou, para conhecimento, a **Recomendação CGMP n°. 002/2011**, da



Colégio de Procuradores de Justiça

Corregedoria Geral, que dispõe sobre o cumprimento do disposto no artigo 477, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conforme deliberado na 47ª Sessão Ordinária do Colegiado. Em seguida, o Presidente rendeu **homenagem ao Promotor de Justiça Substituto Pedro Moreira de Melo**, que faleceu no último mês de julho, vítima de acidente de trânsito, destacando seu valoroso trabalho prestado junto à população tocantinense. Ressaltou ainda que encaminhará, em nome do Colegiado, moção de apoio à sua família. Ato contínuo, convidou os demais Procuradores de Justiça para as **inaugurações das Sedes das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis e de Paranã**, a realizarem-se, respectivamente, nos dias doze (12/08/2011) e vinte e seis (26/08/2011) do mês corrente. Na oportunidade, ainda, o Dr. Clenan Renaut propôs **atribuir nomes a alguns prédios das sedes das promotorias de justiça do interior**, homenageando, dessa forma, personalidades que considera relevantes à instituição ou à determinada localidade. Para tanto, apresentou os seguintes nomes: 1) Tocantinópolis – Dr. Rufino Teotônio Segurado; 2) Colinas do Tocantins – Dr. Pedro Moreira de Melo; 3) Paranã – Dr. Moacir José de Moura; e 4) Gurupi – Dr. Daniel Ribeiro da Silva. Consultados os demais Procuradores de Justiça, a proposta restou acolhida à unanimidade. Por fim, a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha, Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, convidou seus pares a participarem do **IX Ciclo de Estudos Jurídicos do Ministério Público**, a realizar-se no próximo dia dezanove (19/08/2011). Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos (16h20min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

José Omar de Almeida Júnior

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 50ª Sessão Ordinária do CPJ)

Vera Nilva Álvares Rocha

João Rodrigues Filho

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antônio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires